

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8.045, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE TRATA DO “CÓDIGO DE PROCESSO PENAL” (REVOGA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 1941. ALTERA OS DECRETOS-LEI Nº 2.848, DE 1940; 1.002, DE 1969; AS LEIS Nº 4.898, DE 1965, 7.210, DE 1984; 8.038, DE 1990; 9.099, DE 1995; 9.279, DE 1996; 9.609, DE 1998; 11.340, DE 2006; 11.343, DE 2006), E APENSADOS.

PROJETO DE LEI Nº 8.045, DE 2010, E APENSADOS

Código de Processo Penal.

EMENDA Nº

Dê-se ao Capítulo II do Título IV do Livro V do Projeto de Lei nº 8.045, de 2010, a seguinte redação, renumerando-se os artigos onde for necessário:

“CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO DA CARTA ROGATÓRIA

Art. 718. Entende-se por carta rogatória o pedido de cooperação entre membros do Poder Judiciário de Estados diversos, para a prática de atos de natureza jurisdicional pelo Estado requerido, encaminhado por provocação das partes ou por membro do Poder Judiciário do Estado requerente, em incidente processual próprio.

Art. 719. O pedido de cooperação deverá ser processado como carta rogatória pelo Estado brasileiro sempre que o

seu objeto consistir na adoção de medidas de natureza jurisdicional, nos termos da legislação brasileira, independentemente da denominação adotada pelo Estado estrangeiro.

Art. 720. A carta rogatória será utilizada quando houver tratado ou promessa de reciprocidade entre os Estados envolvidos na cooperação.

§ 1º Quando se fundar em tratado, a elaboração do pedido deverá observar os requisitos formais previstos no tratado e o encaminhamento será pela autoridade central.

§ 2º Quando se fundar em promessa de reciprocidade, a elaboração do pedido deverá observar os requisitos previstos na legislação do Estado requerido e o processamento se dará pela via diplomática.

Art. 721. A carta rogatória dirigida ao Estado brasileiro, com fundamento em promessa de reciprocidade, deverá obedecer aos seguintes requisitos formais:

I – a indicação dos juízos rogante e rogado;

II – o endereço do juízo rogante;

III – a descrição detalhada da medida solicitada;

IV – a finalidade a ser alcançada com a medida solicitada.

Art. 722. A carta rogatória dirigida ao Estado brasileiro, com fundamento em promessa de reciprocidade, deverá tramitar acompanhada dos seguintes documentos:

I – peça informativa contendo descrição dos fatos investigados e atual estágio das investigações, denúncia ou queixa;

II – documentos instrutórios;

III – decisão proferida por autoridade estrangeira competente requerendo a adoção da medida ao Estado brasileiro;

IV – despacho judicial autorizando a expedição da carta rogatória;

V – original da tradução oficial ou juramentada da carta rogatória e dos documentos que os acompanham;

VI – duas cópias dos originais da carta rogatória, da tradução e dos documentos que os acompanham; e

VII – outros documentos ou peças processuais considerados indispensáveis pelo juízo rogante, conforme a natureza da ação.

Art. 723. A carta rogatória oriunda do Poder Judiciário brasileiro e fundada em tratado internacional será remetida pelo Juízo rogante à autoridade central, que solicitará seu cumprimento à autoridade estrangeira competente.

Art. 724. A carta rogatória encaminhada ao Estado brasileiro por autoridade estrangeira deverá ser remetida ao Superior Tribunal de Justiça para a concessão do 'exequatur', por decisão monocrática de seu Presidente, após o que será cumprida pelo juízo federal criminal competente.

Parágrafo único. O juízo federal competente é aquele do lugar onde deverá ser executada a medida solicitada no pedido de cooperação.

Art. 725. Não será concedido o "exequatur" à carta rogatória que ofender a ordem pública.

Parágrafo único. O Estado brasileiro poderá negar a cooperação, por ofensa à ordem pública, se existirem sérias razões que indiquem que o procedimento penal contra a pessoa processada viola garantia estipulada em instrumento internacional de proteção aos direitos humanos.

Art. 726. Recebida a carta rogatória no Superior Tribunal de Justiça, a parte afetada pela cooperação será intimada

para, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnar o pedido de concessão de 'exequatur'.

§ 1º A medida solicitada por carta rogatória poderá ser realizada sem a oitiva da parte requerida, desde que a o juízo rogante demonstre a necessidade de tal providência, e sempre que a intimação prévia do requerido puder resultar prejuízo irreparável à cooperação internacional, hipótese em que a decisão deverá motivar tal necessidade, e após a efetivação da medida o afetado poderá impugná-la no prazo de 15 (quinze) dias, perante o Superior Tribunal de Justiça.

§ 2º No processo de concessão do 'exequatur', a defesa somente poderá versar sobre autenticidade de documento, a inteligência da decisão e violação à ordem pública.

Art. 727. Se a parte requerida não for localizada, for revel ou incapaz, dar-se-lhe-á curador especial.

Art. 728. A Procuradoria Geral da República terá vista dos autos na carta rogatória pelo prazo de 10 (dez) dias, podendo impugnar o pedido de concessão do 'exequatur'.

Art. 729. Havendo impugnação do pedido de concessão de 'exequatur', o Presidente poderá determinar a distribuição dos autos do processo para julgamento pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 730. Da decisão do Presidente ou do relator na concessão de 'exequatur' da carta rogatória caberá agravo, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 731. Após a concessão do 'exequatur', a carta rogatória será remetida ao juízo federal competente para seu cumprimento.

Art. 732. Cumprido o pedido, a carta rogatória será restituída ao Superior Tribunal de Justiça, que, antes de devolvê-la, intimará as partes para, no prazo de 5 (cinco)

cinco dias, apresentarem impugnação, que poderá versar sobre qualquer ato referente ao cumprimento da carta rogatória, à exceção da concessão do ‘exequatur’.

Parágrafo único: Da decisão que julgar a impugnação caberá agravo para a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 733. Cumprida a carta rogatória ou verificada a impossibilidade de seu cumprimento, esta será devolvida ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça no prazo de dez dias, e ele a remeterá, em igual prazo, por meio da autoridade central brasileira ou Ministério das Relações Exteriores, à autoridade estrangeira de origem.”

JUSTIFICATIVA

A redação dos artigos relativos à carta rogatória e ao auxílio direto proposto pelo PL 8.045/10 não diferencia totalmente os procedimentos, tampouco o objetivo e alcance de cada um deles.

No entanto, como consta na exposição de motivos do Código Modelo de Cooperação Interjurisdicional para a Ibero-América, proposto por uma Comissão de Juristas e publicado na Revista da SJRJ, Rio de Janeiro, n. 25, 2009, p. 441, é necessário analisar, ao se tratar da cooperação internacional, se o procedimento reclama ou não uma medida jurisdicional.

Em sendo necessária jurisdição ou delibação de tribunal, o procedimento a ser adotado é o da carta rogatória; caso contrário, será de auxílio direto.

A redação ora proposta para os artigos do capítulo referente à carta rogatória disciplina detalhadamente os requisitos para seu cumprimento, os documentos necessários para sua regular tramitação e a possibilidade do exercício do contraditório e ampla defesa, bem como incorpora as disposições sobre o tema constantes no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

No particular, assinale-se a importância da positivação dos arts. 727, 728, 729, 730, 731 e 733, que são, na verdade, as previsões constantes nos arts. 216-R, 216-S, 216-T, 216-U, 216-V e 216-X do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. A previsão em legislação federal ordinária, de hierarquia superior às previsões dos regimentos internos dos tribunais, garantirá maior efetividade a essas normas.

No caso do art. 730, a especificação expressa do prazo recursal garante a observância do devido processo legal, evitando-se interpretações conflitantes sobre o tema.

Em relação ao art. 733, faz-se a inclusão de prazo para que o Presidente do Superior Tribunal de Justiça remeta a carta rogatória, visando dar maior celeridade na sua devolução, tudo em atendimento à garantia constitucional da duração razoável do processo.

Certo de que meus nobres bem aquilatarão a conveniência e oportunidade das medidas legislativas que se pretende implementar, conclamo-os a apoiar sua incorporação ao texto do novo Código de Processo Penal.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado PAULO TEIXEIRA